



De acordo com Administração de Brasília, a área não pode ter nenhum tipo de construção

Construção pode ser irregular

Churrasqueira do clube concebido por Lúcio Costa não tem alvará

LUCAS TOLENTINO

Um dos primeiros projetos do Plano Piloto modificou, 48 anos depois, a concepção urbanística inicial de Lúcio Costa. O Clube Social da Unidade de Vizinhança, na entre quadra 108/109 sul, fez uma reforma fora dos padrões vigentes. De acordo com a Administração de Brasília, as churrasqueiras do estabelecimento foram construídas sem alvará. Elas foram erguidas em uma área não edificante, ou seja, que não deve conter nenhum tipo de construção. A Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agefis) notificou o clube e pediu a apresentação da planta-baixa do local. A Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) ficou responsável pelo levantamento topográfico do terreno. O prazo acabou, porém os documentos ainda não foram finalizados.

Caso a irregularidade seja comprovada, a Agefis terá o

poderá autuar o clube. A multa será calculada com base no tamanho da área construída em terreno não edificante. Além disso, a agência será responsável por intimar o Vizinhança a demolir as churrasqueiras ilegais. O gerente de fiscalização de obras da Agefis, Rogério Borges, salientou que não se trata de ocupação de área pública. Mas garantiu que a Agefis já foi notificada quanto às irregularidades da construção. "Tenho cobrado respostas a respeito do assunto. O processo já está atrasado", explicou Borges.

As churrasqueiras ficam nos fundos do Vizinhança, próximas ao eixo W. Durante a construção da estação de metrô da 108 sul, o local foi interditado. O diretor do clube, Cláudio Oliveira, garantiu que as obras não alteraram a área de lazer do estabelecimento. "Foi tudo subterrâneo", justificou Oliveira, desconcertado. Segundo ele, a organização do clube aproveitou que o local estava inutilizado por alguns meses e construiu apenas uma churrasqueira coletiva. A documentação, contudo, foi negada. "Não temos nenhum documento aqui. Todos estão na Administração de Brasília", esquivou-se o diretor.

Tombamento

Todas as áreas públicas do Plano Piloto são tombadas pelo patrimônio histórico. No entanto, alguns prédios do início da construção de Brasília, como as escolas classe e parque, estão registrados no Instituto do Patrimônio Histórico (Iphan). Para o chefe técnico do órgão, Maurício Pinheiro, o clube Vizinhança também deveria ser tombado por causa do "valor arquitetônico diferenciado". "É importante que o local tenha um tratamento diferenciado", avaliou.

Segundo Pinheiro, o Iphan recebe denúncias de irregularidades diariamente. O superintendente do órgão, Alfredo Gastal, reforçou que as quadras do Plano Piloto são fiscalizadas com frequência. "A área pública é sagrada", afirmou Gastal. "A maioria dos problemas está relacionada com os comércios das quadras", completou Pinheiro.

O procedimento do Iphan consiste em fazer uma vistoria dos supostos terrenos ilegais e encaminhar um relatório para o Governo do Distrito Federal (GDF). Os moradores que tiverem alguma suspeita podem fazer a denúncia junto ao órgão.